

**Tomada de posse da nova direcção da Fundação para a Ciência e a Tecnologia I.P., FCT**

Teatro Thalia, 10 de Fevereiro de 2016

Resumo da Intervenção de Manuel Heitor, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

A aposta no conhecimento representa um desígnio central no programa do Governo e da acção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, refletindo-se na relevância que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT ocupa na sociedade Portuguesa.

A nomeação do novo Conselho Directivo da FCT, aprovado em Conselhos de Ministros de 4 de Fevereiro de 2016 e que hoje aqui toma posse, tem lugar na sequência de um processo, inédito em Portugal, de discussão pública sobre o futuro da FCT.

Iniciado exactamente há dois meses atrás, esse processo incluiu a audição de um vasto leque de membros e instituições da comunidade científica e do ensino superior, nomeadamente o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, o Fórum dos Laboratórios de Estado, os Conselhos Científicos da FCT, representantes dos sindicatos, dos estudantes e dos investigadores e envolveu ainda a constituição de um Grupo de Reflexão dedicado a estimular a discussão pública refletindo sobre as orientações que devem presidir ao futuro próximo da FCT. Da auscultação realizada resultou um conjunto diversificado de contributos quanto aos pressupostos e aos princípios que devem orientar a estratégia da FCT que estão disponíveis no portal do Governo.

É nesse contexto de garantia da participação da comunidade académica e científica na construção das políticas públicas de ciência, tecnologia e ensino superior, que hoje aqui apresento, juntamente com a Secretária de Estado Fernanda Rollo, a **Carta de princípios de orientação para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, FCT**.

É hoje consensual na sociedade Portuguesa que a FCT tem sido, desde a sua criação em 1997, uma entidade essencial ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia em Portugal, tendo acompanhado o investimento no plano da formação e do desenvolvimento ocorrido nas últimas décadas e contribuído para o seu sucesso e os resultados alcançados. O seu papel foi fundamental para a racionalidade, desenvolvimento e afirmação do sistema científico português, para a valorização e internacionalização dos investigadores, das universidades, dos institutos politécnicos, das instituições científicas e de produção científica, nomeadamente através da introdução de práticas e metodologias de avaliação indispensáveis ao reconhecimento nacional e internacionalmente alcançado.

A FCT impôs-se como uma referência incontestável no plano nacional e internacional, reconhecida e respeitada pela comunidade académica e científica.

Contudo, nos últimos anos, as opções políticas que foram instituídas, alterando pressupostos e prioridades no plano do desenvolvimento científico e tecnológico nacional, comprometeram a continuidade do crescimento do sistema científico e tecnológico

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

nacional e a afirmação da FCT, tendo originado um contexto de crescente crítica e contestação, generalizado a toda a comunidade científica.

É exactamente a inversão desse processo e a reafirmação da missão da FCT como instituição central na implementação da política de ciência e tecnologia, assente em práticas adequadas de avaliação e financiamento, que confio ao novo Conselho Diretivo da FCT.

**Urge reorientar a atuação da FCT**, garantindo-lhe uma centralidade plenamente reconhecida no sistema científico nacional no estímulo à produção e difusão do conhecimento, de modo a recuperar a confiança dos agentes científicos nos processos de avaliação e atribuição de financiamento às atividades de I&D.

A nossa prioridade para os próximos meses e até ao próximo ano de 2017, quando comemorarmos 50 anos da criação da JNICT e 20 anos da criação da FCT, é instituir um enquadramento indispensável ao reforço da autonomia das instituições académicas e científicas, implementar um sistema de avaliação baseado em boas práticas e reconhecido pela comunidade, e assegurar um cenário de estabilidade ao financiamento de projetos e atividades de I&D.

Para que se atinjam esses objectivos, posso desde já garantir que a proposta do Orçamento de Estado de 2016 entregue na semana passada para discussão na Assembleia da República consagra um **orçamento de mudança**, invertendo finalmente a diminuição do investimento na ciência, tecnologia e no ensino superior, de que todos fomos alvo durante os últimos anos. Mas os tempos são de crescente exigência e grande contenção orçamental, exigindo um contexto de co-responsabilização da comunidade científica para o desenvolvimento de Portugal, assim como, em primeira instância, dos agentes da política científica, entre os quais a FCT, desempenhando um papel singular na sociedade Portuguesa.

Serão prioridades imediatas da FCT:

- Garantir o **lançamento** nas próximas semanas **de um novo processo e sistema de avaliação da atividade de I&D**, cumprindo padrões internacionais e respeitando regras claras e transparentes reconhecidas pela comunidade científica. Urge credibilizar a prática da avaliação científica independente, excluindo o uso irresponsável e acrítico de métricas para fins de avaliação e garantindo processos sérios que permitam a utilização dos seus resultados como ferramenta de gestão estratégica no interior das instituições;
- Garantir **um contexto organizativo versátil e aberto à inovação**, capaz de proporcionar a estabilidade institucional e financeira essencial ao bom funcionamento das instituições;
- **Estimular e apoiar a renovação contínua da comunidade científica**, assegurando a transição geracional e a manutenção do capital científico instalado, no quadro dos estatutos da carreira de investigador e de docente;

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

- **Fomentar a articulação com as universidades e os institutos politécnicos**, reforçando a qualidade dos recursos humanos e o emprego científico;
- **Garantir o reforço efectivo das infraestruturas científicas**, incluindo o apoio ao reequipamento científico, assim como a efectiva instalação de redes de infraestruturas de utilização comum e abrangendo as infraestruturas de computação e comunicação, assim como de repositório de informação e dados científicos.
- **Estimular a participação de Portugal nos programas europeus**, assim como uma participação ativa na discussão das agendas de financiamento da ciência na Europa;
- **Promover a diversificação das fontes de financiamento** público à atividade científica, reconhecendo a complementaridade entre financiamento público e privado e a necessidade de continuar a incentivar ambos;
- **Garantir mais cultura científica e tecnológica**, estimulando a educação das ciências e das tecnologias, promovendo uma rede nacional de centros de difusão de ciência e estimulando a participação pública na definição de agendas científicas, designadamente através da sua participação na *Agência Nacional de Cultura Científica e Tecnológica, Ciência Viva*;
- **Fomentar mais competitividade e mais economia com mais conhecimento**, com empresas mais inovadoras e mais especializadas, garantindo, designadamente através da *Agência Nacional de Inovação, ANI*, uma articulação adequada com o tecido económico e produtivo.

Gostaria ainda de me referir a DOIS ASPECTOS CRÍTICOS para a FCT e a política científica que agora estamos a promover.

**Primeiro, a necessidade absoluta de promover a divulgação e a partilha do conhecimento**, promovendo a **divulgação sistemática de resultados da atividade de I&D**, juntamente com o desenvolvimento e a articulação dos repositórios digitais e prosseguindo uma estratégia ativa no plano do acesso aberto. É nesse contexto que hoje, aqui, lançamos também os **princípios para uma política nacional de ciência aberta** em colaboração e estreita articulação no plano europeu.

Pretendemos garantir a plenitude do acesso aberto aos conteúdos da atividade científica, dados e resultados da investigação financiada através da FCT.

Agradeço desde já a ação da Secretária de Estado Fernanda Rollo na preparação desta política e na sua implementação nos próximos meses em estreita colaboração com a comunidade científica, a FCT, editores, arquivos e todos os agentes envolvidos no acesso à informação científica.

**Segundo**, urge reforçar o alargamento da base social de apoio ao conhecimento e à atividade sistemática de I&D, pelo que hoje, também aqui, lançamos uma nova ação de

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

política para **reforçar a atividade de investigação nos institutos politécnicos e valorizar o seu impacto na sociedade e economia portuguesas.**

A rede de infraestruturas e capital humano integrada nos institutos politécnicos a nível nacional representa um importante ativo com forte integração territorial que pode e deve ser promovida para estimular o desenvolvimento das regiões e do País. Requer incentivos, e é com esse propósito que se lança, através da FCT e em estreita colaboração com a ANI, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, as autarquias e a Agência Ciência Viva, um programa de apoio à **atividade de I&D especificamente dedicado aos institutos politécnicos.**

Trata-se de um programa estruturado na observação das competências e especificidades de cada instituto politécnico e do contexto territorial, económico e social em que se inscreve, considerando o sistema no seu todo e a inequívoca importância de que se reveste para o desenvolvimento do País e a valorização de cada região em particular.

**Apostar no Conhecimento e reforçar os institutos politécnicos** representa uma responsabilidade colectiva, que deve ser contínua e persistente, significando a participação cúmplice e exigente de toda a sociedade, envolvendo, em vários níveis, os seus diversos atores políticos, sociais e económicos.

Cumpram-me finalmente, em nome do Governo, agradecer o trabalho e a dedicação pessoal da **direção cessante** da FCT, presidida pela Professora Arménia Carrondo, e saudar o **novo Conselho Diretivo**, presidido pelo Professor Paulo Ferrão e composto pelos Professores Miguel Castanho, Isabel Ribeiro e Ana Sánchez.

Agradeço terem aceite esta responsabilidade e estou certo que a vossa direção, a que não faltará dedicação, inteligência, competência e empenho, será determinante para o futuro da ciência e de Portugal.

Gostaria ainda de fazer uma saudação muito especial a todos os **funcionários e colaboradores da FCT** que, com persistência, uma dedicação extrema e um voluntarismo extraordinário, têm sabido prosseguir um trabalho árduo e complexo de contínuo desenvolvimento e reforço da ciência e tecnologia em Portugal. Estou também certo que a vossa contínua dedicação é absolutamente determinante para Portugal e agradeço, reconhecidamente, todo o vosso trabalho.

O futuro dos Portugueses, o nosso futuro, entrelaça-se num desígnio comum a todos os povos. Todos tiramos proveito do entusiasmo e dos benefícios da descoberta de novos conhecimentos, quando todos participamos na aprendizagem e na aplicação produtiva desses conhecimentos.

Para tanto, importa promover mais cultura científica, perspectivada e contextualizada na sua articulação natural com os domínios da educação, da cultura e da economia. Importa democratizar o acesso à ciência e ao conhecimento.

Importa persistir num esforço contínuo de apoio à atividade científica, às suas instituições, aos mecanismos de relacionamento e proximidade com a sociedade.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

Importa, certamente, apostar na formação avançada e no emprego científico, assim como aproximar os cientistas da população em geral e em especial dos seus jovens, estimulando processos de participação pública na definição de agendas de desenvolvimento científico e cultural.

Estou certo da vossa determinação em proveito desta causa pública!

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2016

Manuel Heitor, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior